

# A EXTINÇÃO DA SOCIEDADE DE ESCRITORES

*A reacção que se suscitara em todo o País, e nomeadamente na provincia de Angola, em relação ao anúncio da atribuição de um prémio literário a um individuo condenado por delitos graves praticados contra a soberania portuguesa, antecipadamente assegurava a qualquer medida que viesse a ser decidida pelo Governo em desagravo de um acto que ferira a sensibilidade da maioria dos portugueses, manifestações de aplauso e concordância.*

*E foi isso, exactamente, o que se verificou, logo que foram tornados conhecidos os termos do despacho exarado pelo sr. ministro da Educação Nacional, determinando a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, a entidade que instituiu o prémio literário em causa e que, por isso, foi havida como responsável pela sua concessão.*

*O noticiário que inserimos na presente edição do nosso jornal, reproduzindo telegramas e informações chegados à nossa redacção, e que referem a forma por que foi acolhida a decisão do Ministério da Educação Nacional, ilustra, sem dúvida, larga unanimidade na condenação do facto manifestamente estranho que esteve na origem do incidente que o Governo — com energia e firmeza — procurou sanar.*

O despacho do titular da pasta da Educação Nacional a determinar a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores foi remetido para a Imprensa Nacional para publicação no «Diário do Governo», em correspondência com a norma legal de aprovação, em Setembro de 1956, dos estatutos da referida Sociedade. Entretanto, a letra do mesmo despacho foi transmitida pelo gabinete à Inspeção do Ensino Particular, departamento ao qual competem os assuntos respeitantes a associações culturais particulares, para ser comunicado aos corpos gerentes da instituição.

(Continuação na 2.ª pág., 3.ª col.)

# O CASO DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE DE ESCRITORES

(Continuado da 1.ª página)

Ontem de manhã, o sr. dr. Santos Júnior, ministro do Interior, que se deslocara ao Norte do País a fim de acompanhar o Chefe do Estado na sua visita ao distrito de Vila Real, enviou, da Régua, ao titular da pasta da Educação Nacional, o seguinte telegrama: «Com minha inteira solidariedade, firme decisão tomada, felicito V. Ex.º despacho publicado, manifestando repulsa triste atitude Sociedade de Escritores.»

## «VIBRANTE SATISFAÇÃO» DA OPINIÃO PÚBLICA DE ANGOLA

LUANDA, 22. — Foi com um sentimento de vibrante satisfação que a opinião pública de Angola tomou conhecimento, esta manhã, através da leitura dos matutinos, da decisão do sr. ministro da Educação Nacional de extinguir a Sociedade de Escritores, dita portuguesa, cuja atitude no caso da atribuição do prémio de novelística ao terrorista Mateus Graca provocou em Angola a mais viva repulsa.

Durante o dia afluíram às redacções, sobretudo as do «Diário de Luanda» e «O Comércio», numerosos telegramas de toda a provincia, de pessoas dos mais variados sectores do pensamento, da cultura e das etnias, mes todas sentindo do mesmo modo o insulto cometido contra a cultura nacional, pois a obra premiada, além do sentido claramente comunicante, exposto através da consabida tese da revolta social das classes menos protegidas, constitui um verdadeiro atentado contra a língua portuguesa, que é aciniosamente conspurcada e deformada.

Não obstante, foi publicamente apresentada por pretensos críticos, claramente filocomunistas, como marcando o nascimento de uma nova lingua. — (ANI)

## «ANGOLA ESPERAVA UMA DECISÃO FIRME E INTRANSIGENTE» — INFORMA A «LUSITÂNIA»

LUANDA, 22. — Desde a primeira hora, Angola nunca duvidou de que um acto de colaboração de tração tão arrelativamente cometido poderia passar impune ou, o que seria pior, mascarado com jogos de palavras ou tubebantes e descaradas meias palavras.

Isso não bastava! A boa fé das gentes de Angola foi já cruetemente ludibriada e as consequências ficaram profundamente marcadas no espirito de quatro milhoes de portugueses. Angola não aceitaria. E a prova inofismável do seu protesto surgiu no primeiro minuto, logo que alertada da personalidade do individuo a quem fora atribuído, tão habilmente, o prémio. E a sua voz levantou-se unanimemente, denunciando a colaboração na tração.

Será difícil descrever, na justa medida, o que foi o protesto de Angola. No entanto, bastará dizer que em todos, desde quem occupa lugares de responsabilidade, quer nos meios oficiais, quer privados, se simples homem da rua, se levantou uma onda de justificada indignação perante a triste resolução da extinta Sociedade Portuguesa de Escritores.

Angola não só apresentou o seu firme protesto como esperava ver surgir uma decisão firme e intransigente tomada por parte de quem cumpre responsabilidades superiores na defesa da cultura portuguesa, na própria salvaguarda dos invioláveis principios da boa consciência aqui, na Guiné ou em Mocambique.

«A extinta Sociedade Portuguesa de Escritores esqueceu-se de que há homens que combatem a morte» — foi o comentário que ouvimos com mais insistência na cidade de Luanda, onde a vida de trabalho ordeiro e pacífico prossegue talvez com redobrado entusiasmo.

A manobra falhou, não restam dúvidas. E se serviu para desmascarar mais um grupo de colaboracionistas — cuja responsabilidade será, por certo, esclarecida — teve, no entanto, o mérito de demonstrar, mais uma vez, a inabalável e intransigente unidade nacional. Ontem, por todos os meios, por todas as formas, Angola protestou com firmeza. Hoje, poucas mais expressivas palavras bastam para traduzir a nossa resposta: obrigado! Continuaremos a cumprir a nossa missão.

Já esta manhã os mais lúdimos representantes da cultura portuguesa, os magníficos reitores, os seus representantes, das Universidades de Coimbra, de Lisboa, do Porto, de Mocambique e de Angola prestaram homenagem aos estudantes de Coimbra caídos em defesa da Pátria. As cerimónias associaram-se as mais altas individualidades civis, militares e religiosas e muito povo de Luanda, a marcar a sua sentida presença, reconheceram por quantos tombaram por nós na defesa da nossa terra, do patrimonio comum. E isso, para o povo de Angola, é razão mais do que suficiente, dever inalienável, para que se faça representar em peso, maciçamente, tal como saberá sempre reagir, por todos os meios, a tudo quanto seja tração. Já o demonstrou e está sempre disposta a demonstrar.

## ENÉRGICOS COMENTÁRIOS DO JORNAL «O COMÉRCIO»

As repercussões da oportuna medida governamental começaram já a surgir. Este manhã, em artigo a que dá grande relevo, o jornal «O Comércio» escreve: «Os dirigentes da Sociedade foram ludibriados? Poderíamos supô-lo, ante a rápida série de demissões, de um vogal da direcção e do próprio presidente da assembleia geral. E não parece que tenham outro significado — além do natural protesto e da irremediável repulsa — as outras exonerações que se seguiram. Desta forma, a Sociedade de Escritores (dita portuguesa) estava num perigo sério, apontada pela opinião publica nacional, como forja de cúmplices, explicitos ou implicitos, de traidores à Pátria, em conivência directa ou indirecta, num conluio para alimentar lá fora a sordida campanha contra Portugal.»

E o articulista prossegue: «Se explorarem o argumento da ignorância e da inconsciência, apenas teremos de retorquir: «Quem padece de tal ignorância e de tamanha irresponsabilidade não pode ocupar posições de tanto melindre, não tem categoria representativa, não deve estar em posições-chave. O júri, este o protagonista central desta peça triste, mal montada embora, certamente, congeminala. A questão pode-

ria ficar por aqui se não tivesse, como tem, implicações que transcendem os individuos.»

E, mais adiante, acrescenta: «O Comércio» a afronta foi cometida. O facto foi praticado. O intuito está diante dos olhos de quem queira vê-lo. Não há expedientes suficientemente ardilosos que possam mascarar o que tão rápida e gritantemente se percebeu. A Fundação Gulbenkian, a todos os titulos respeitável, já tomou atitude. Não apenas a de levar as mãos, o que seria plausível, e simples. Vai mais longe, denunciando que tomará medidas para, de futuro, evitar que os seus dinheiros sirvam para desvios...»

«O Governo, pelo Ministério da Educação, deliberou, e applicou a deliberação. Aguardemos agora o resto, porque tem de haver necessariamente um resto: a publica e completa desafronta que é devida não apenas a nós, os de Angola, civis e militares, mas a todos os portugueses dignos da sua condição. Quanto aos mabecos da estranja — que já erguem ulivos ante a farsa carnica que os seus cúmplices lhe serviram —, têm de reconhecer que, mais uma vez, uivaram à Lua... Podem estar certos — eles e os seus lacaios (porque os há) — de que nós em Angola sabemos como domar animais dessa espécie. Já o demonstramos. Voltaremos a demonstrá-lo, se necessário...» — (L.)

## INTELECTUAIS DE LUANDA ENVIARAM UM TELEGRAMA AO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO

LUANDA, 22. — Foi enviado ao sr. Presidente do Conselho o seguinte telegrama: «Um grupo de homens de letras de Angola, galardoados com prémios literários provinciais, nacionais ou estrangeiros, apoiam calorosamente a atitude do Governo extinguindo a Sociedade de Escritores, dita portuguesa, como responsável por uma grave afronta cometida contra a cultura portuguesa, atribuindo o Prémio de Novelística a uma obra que consideram absolutamente inferior, tanto na sua temática como na elaboração. Além disso, ultraja deliberadamente o sagrado patrimonio da lingua portuguesa, não se podendo igualmente esquecer as visíveis intenções politicas da sobredita obra, cujo autor foi condenado por graves responsabilidades do terrorismo que, desde 1961, ensanguenta Angola, enlutando tantas familias portuguesas. Respeitosos cumprimentos. — (aa) Oscar Ribas, Reis Ventura, Gabriel de Alameda, Agnelo de Oliveira, Alfredo Diogo Junior, Mesquita Lima, Martinho de Castro, António Pires, Almeida Santos, Lagriva Fernandes, Mário Milheiros, Mário Mota, Horácio Silva e Ferreira da Costa.» — (L.)

## TELEGRAMAS RECEBIDOS PELO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO

No gabinete do sr. ministro da Educação Nacional foram recebidos muitos telegramas de aplauso ao despacho exarado pelo sr. prof. Galvão Teles, determinando a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores. De entre essas mensagens, transcrevemos as seguintes: «Na qualidade de professor da Universidade Técnica de Lisboa, manifesto a V. Ex.º a minha inteira concordância com a doutrina do despacho que extingue a Sociedade Portuguesa de Escritores. Respeitosos cumprimentos. (a) Joaquim Silva Godinho.»

«Associamo-nos aos protestos dos bons portugueses contra a Sociedade de Escritores, e apoiamos a acção enérgica do Governo. (a) Escola do Magisterio Primário de Évora.»

«Bravo, sr. ministro! Bem haja! Fora com esses traidores e com a cáfila dos seus comparsas. (a) Joaquim Sousa Riós.»

«Cumprimento respetosamente V. Ex.º pela terapêutica aplicada, que considero correcta e não desejada, de modo a evitar perigos de contágio. (a) Fausto Castilhos.»

«Apoiado, sr. ministro, Abaixo a tração. (a) Manuel Castelo Branco.»

«Manuel Caetano de Castro, professor primário, de 85 anos, felicita V. Ex.º pela publicação do despacho que extingue a Sociedade Portuguesa de Escritores, castigo merecido por falta de patriotismo.»

«O reitor do Liceu de Setúbal cumprimenta V. Ex.º no momento da tão justa decisão de extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, após a sua inqualificável atitude, atentatória dos valores essenciais da Pátria e da cultura portuguesa. (a) Estêvão Ferreira Moreira.»

«A justiça não se agradece, mas não posso calar o meu apoio à única decisão a tomar contra pseudoliteratos traidores da nossa Pátria. (a) António Fonseca Santos.»

«Felicito sinceramente V. Ex.º pela sua enérgica e patriótica atitude perante a Sociedade Portuguesa de Escritores. (a) Rodrigues Cavalheiro.»

«Aceite V. Ex.º, sr. ministro, as mais veementes felicitações pela extinção da Sociedade de maus portugueses. (a) Manuel Louzada, governador civil de Aveiros.»

Também numerosas pessoas enviaram ao ministro prof. Galvão Teles cartões de felicitação pelo seu despacho e outras ainda manifestaram o seu aplauso pelo mesmo despacho através de telefonemas directos para o seu gabinete.

## A REACÇÃO DA IMPRENSA DE LOURENÇO MARQUES

LOURENÇO MARQUES, 22. — O caso da Sociedade Portuguesa de Escritores foi hoje referido na imprensa desta redacção, tendo o «Diário», em nota de edição, pedido que se investigasse se há alguém na Sociedade de Escritores que deva ir fazer companhia ao escritor Mateus Graca. E afirma: «Dizemos isto, em memória dos portugueses assassinados nas mais horribes condições, dizemo-lo, em nome dos portugueses que cá e lá continuam todos os dias o combate instigado por toda a espécie de «Mateus» de dentro e de fora. Impõe-se às autoridades um rigoroso inquérito sobre o lamentável caso, porque é também benevolência e brandura de tratamento certas atitudes ditas intelectuais», em que se gera o virus causador do pesado tributo de sangue e vidas que pagaram e estão pagando muitos dos nossos irmãos.»

O «Noticiário», sob o titulo «Lamentável e infeliz», fez considerações sobre o assunto e escreve a certa altura: «Estanhando que a um terrorista confesso, cumprindo pena numa prisão, tivesse sido possível apresentar-se a um concurso literário de projecção e nível nacional como aquele. Al, unicamente aí, é que nos parece estar a raíz do problema. Quanto ao resto, com toda a especulação justa e injusta, que a sua volta se faça, todas as explicações e justificações que a propósito surjam, jamais esquecerá o incidente profundamente infeliz, profundo e lamentavelmente infeliz. — (ANI)»

## MAIS MANIFESTAÇÕES DE PROTESTO JUNTO DA PRESIDENCIA DO CONSELHO E DOS MINISTERIOS DO EXERCITO E DO ULTRAMAR

Na Presidência do Conselho e nos gabinetes dos sr. ministros do Exército e do Ultramar continuaram a ser recebidos ontem numerosos telegramas e outras mensagens de protesto pela decisão de atribuir um prémio literário a um individuo condenado criminalmente a pena maior por prática de actividades terroristas na provincia de Angola.

Dos telegramas chegados ao gabinete do sr. ministro do Exército deve acentuar-se o facto de advirem, na sua quase totalidade, de elementos militares que estiveram a cumprir serviço em defesa da Pátria nas provincias de Angola e da Guiné e que, combatendo assim no campo de batalha, pelas armas, os ini-

migos de Portugal, não puderam deixar de exprimir a sua repulsa pela decisão de distinguir de qualquer modo e seja a que titulo for quem mereceu condecoração exactamente por ter pactuado com esses inimigos do País e criminosos que deram morte horrrosa a muitas centenas de compatriotas indefesos.

De entre os telegramas enviados ao sr. ministro do Ultramar transcrevemos os seguintes:

«Tendo conselho administração Banco Angola sua sessão ontem lavrado acto voto vivo protesto e indignada repulsa pela insólita atitude Sociedade Escritores galardoados traidor com grave ofensa memória vítimas terrorismo e sentimento pátrio, deseja exprimir V. Ex.º solidariedade decisão Governar através despacho ministro Educação Nacional reparando agravo feito Nação. Respeitosos cumprimentos. — a) Fernando Pessoa, vice-governador.»

«Coração familia Tenreiro da Cruz com dois filhos serviço militar Ultramar esta dor pelo sacrilégio contra Pátria praticado pela Sociedade Portuguesa de Escritores. — a) Teófilo da Cruz.»

«O Instituto de Angola, reunido em sessão extraordinária, tendo tomado conhecimento de que a Sociedade Portuguesa de Escritores resolveu galardoadar a obra publicada por um criminoso condenado a catorze anos de prisão, de nome José Vieira Mateus Graca, autor de actividades terroristas que tantos milhares de vítimas causaram a Nação, protesta junto de V. Ex.º, com a maior indignação, contra a levianidade daquele organismo ao premiar um individuo que não passa de um ruim traidor à Pátria e que indignamente correspondeu à instrução e evolução que Angola lhe facultou. — a) Direcção.»

## COMUNICADO DA EXTINTA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES

A direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores sente-se no dever de informar o seguinte:

1) Desconhecia inteiramente a identidade do autor do livro «Luanda», subscrito pelo pseudónimo de Luandino Vieira, agora revelado por um telegrama da agência A. N. I. proveniente de Londres e publicado nos jornais de hoje;

2) O valor literário da obra em questão é atestado, além do mais, pela atribuição anterior dos seguintes prémios a Luandino Vieira: 1961 — 1.º prémio do Conto da Sociedade Cultural de Angola, Luanda; 1962 — 1.º prémio João Dias, da Casa dos Estudantes do Império, Lisboa; 1963 — 1.º e 2.º prémios do Conto da Associação dos Naturais de Angola, Luanda; 1964 — 1.º prémio D. Maria José Abrantes Mota Vieira, Luanda, atribuído este livro acima citado;

3) Como resulta não só do que anteriormente se disse mas também das directrizes a que estatutariamente obedece a Sociedade Portuguesa de Escritores, a atribuição do Grande Prémio de Novelística baseou-se exclusivamente no valor literário da obra, de modo nenhum significando um juízo referente às actividades de que o autor é acusado;

4) A Sociedade Portuguesa de Escritores estudará, atenta e objectivamente, todos os elementos de informação que lhe sejam fornecidos para o exame do problema agora levantado.

## UM COMUNICADO DO CENTRO DAS ACTIVIDADES ECONOMICAS DE ANGOLA

A propósito da atribuição do Grande Prémio de Novelística da S. P. E., recebemos do Centro das Actividades Económicas de Angola, e subscrito pelo respectivo presidente da direcção, sr. engenheiro Virgílio Pereira Ramos, o seguinte comunicado:

«A propósito da concessão, este ano, pela Sociedade Portuguesa de Escritores, do Grande Prémio de Novelística ao livro «Luanda», do escritor angolano Luandino Vieira (José Vieira Mateus Graca), não pode este Centro alhear-se do assunto, pelo que vem publicamente emitir a sua opinião.»

«Reconhecendo-se, embora que o livro premiado pelo júri da Sociedade Portuguesa de Escritores tem alguns méritos, nomeadamente a frescura e a novidade da linguagem, capaz, principalmente, de surpreender o leitor metropolitano, não familiarizado com o pitoresco da linguagem oral dos musseques, não podemos deixar de pôr em evidência as seguintes anomalias, ligadas à atribuição do referido prémio:»

1.º De crítica literária feita ao livro «Luanda», nas páginas do «Diário de Notícias», pelo crítico dr. João Gaspar Simões, nada fazia prever que este escritor votasse, como membro do júri, a favor da referida obra, para a concessão do nosso maior prémio de novelística. Que motivações determinaram, pois, a sua decisão final? Parece-nos que a pergunta tem inteiro cabimento.

2.º Mesmo que o júri da Sociedade Portuguesa de Escritores reconhecesse que o livro «Luanda» era uma obra-prima (o que não é o caso), digna do prémio, o mais elementar bom senso aconselhava a que, nesta altura, não se lhe atribuisse uma tão grande distincção.

«Com efeito, os escritores não vivem num mundo à parte, isolados em torres de marfim. Eles participam da vida colectiva nacional e, pela sua formação superior, têm a obrigação moral de apreciar, imparcialmente, as correntes características da opinião publica. Também se espera deles a isenção e a imparcialidade, que evitem ofensas aos sentimentos individuais e colectivos, que uma situação de guerra criou entre nós.»

«De resto, o acto de julgar o valor de uma obra literária, aliás favel, implica a história o demonstra, não tem implicações estritamente literárias; é requerido nas várias camadas sociais, exercendo efeitos emotivos e psicológicos próprios, em cada uma delas, que devem ponderar-se atentamente à luz de um humanismo equilibrado e de um são portuguesismo.»

«Ora, é geradamente sabido que Luandino Vieira é o pseudónimo literário de José Vieira Mateus Graca, terrorista confesso. Portanto, o júri, e este não devia ignorá-lo, ao conceder o prémio ao escritor cometeu simultaneamente um acto social de valorização do homem, autor do livro, acto que nos parece inoportuno e injusto, por ofender a consciência de muitos dos bons portugueses, entre os quais salientamos os numerosos colonos que em Angola têm realizado uma obra admirável à custa de sacrificios sem conta. Os portugueses checados pelos terroristas, ou os que morreram e continuam a morrer para que Portugal continue a realizar em Africa a sua obra de valorização das terras e das gentes, eram e são portugueses, antes de serem politicos (quando o foram) e merecem, como tal, o nosso mais profundo respeito e carinho.»

«A literatura é, sem dúvida, uma das mais nobres formas de actividade humana, mas não dignifica nem justifica necessariamente o que no homem não é a expressão intelectual do escritor; mas, sim, manifestação das suas paixões e parcialidades. E neste, como em outros aspectos, os valores humanos e sociais devem sobrepor-se aos valores literários, quando as circunstâncias o exigirem.»

«Em conclusão: considerando o estado de guerra em que nos encontramos, os precedentes desumanos de terrorismo, os sentimentos das familias dos que morreram pela Pátria, a relatividade dos valores literários e a contingência dos juízos criticos, pensamos que, ao atribuir de um critério mais alto, foi inoportuno e infeliz a concessão do Grande Prémio de Novelística ao escritor Luandino Vieira, de seu nome José Vieira Mateus Graca.»